

LITERATURA E MEDIALIDADE

Geovana da Silva Martelo
Mestranda em Letras/Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: O artigo tece algumas considerações sobre o conceito de literatura e sua relação com as mídias envolvidas na prática literária, já que desde a Idade Média a produção textual está diretamente relacionada a essas dinâmicas possíveis. Para isso, percorreremos o ensaio do pesquisador Hans Ulrich Gumbrecht em que o autor discorre acerca da questão da literatura como mídia, utilizando também o pensamento de outros autores a fim de promover um diálogo de ideias referentes ao caráter medial da literatura.

Palavras-chave: Literatura e mídia. Hans Ulrich Gumbrecht – crítica literária. Práxis literária.

Abstract: The article deals with the concept of literature and its relationship with the media involved in the literary dynamics, as ever since the Middle Age the writing of texts has been directly related to these possible dynamics. In order to do so, we have gone through the essay by researcher Hans Ulrich Gumbrecht in which the author writes about literature as media and also uses other author's thoughts to encourage a dialogue of ideas related to this concept.

Key words: Literature and Media. Hans Ulrich Gumbrecht – Literary Criticism. Literature and Praxis.

Introdução

A aproximação dos estudos literários à questão das mídias traz à tona inúmeros questionamentos: primeiro, pela impossibilidade em se apontar um único meio de comunicação que assuma totalmente o caráter literário, e, depois, por estarem envolvidos, nessa discussão, conceitos bastante imprecisos, tais como as próprias considerações sobre em que consistem os termos literatura e mídia. Em contrapartida, essa aproximação aparece, cada vez mais, como pertinente para os estudos literários quando se tem em vista o interessante e renovador diálogo estabelecido entre a literatura contemporânea e os diversos meios eletrônicos, além da ressonância e dos desafios provocados por meio das transformações aceleradas pelas tecnologias midiáticas no contexto literário.

Apesar de hoje esse assunto emergir como produto do impacto das novas tecnologias,

ele nos remete, também, aos estudos sobre a literatura produzida em períodos literários mais remotos, pois não é uma novidade o fato de a literatura estar sempre relacionada ao meio ou suporte que torna possível a comunicação literária, nem o fato de que as particularidades desses meios sejam determinantes para alguns aspectos do processo literário. Um exemplo dessa perspectiva que aponta para a compreensão da produção literária, considerando a relação entre autor, leitor, mensagem e meios, são os estudos de alguns pesquisadores medievalistas que atribuíram novas nuances às análises que associam a literatura aos meios de comunicação utilizados na veiculação literária, já que a consideração de elementos tais como o corpo, a voz, o mensageiro e o manuscrito apresenta grande importância para as relações comunicativas da literatura medieval.

O objetivo proposto por este artigo consiste em tecer algumas considerações sobre o conceito de literatura e sua relação com as mídias envolvidas no sistema literário, já que, desde a Idade Média, a produção textual está diretamente relacionada a essas dinâmicas possíveis. Para isso, percorreremos o ensaio do pesquisador Hans Ulrich Gumbrecht, em que o autor discorre acerca da questão da literatura como mídia, utilizando também o pensamento de outros autores a fim de promover um diálogo de ideias referentes a esse assunto.

1. Outro olhar para a práxis da história literária

Gumbrecht, em um de seus estudos sobre o papel dos meios de comunicação no início do período moderno, no reino de Castela, propõe uma perspectiva não muito comum aos estudos da história da literatura. O teórico, retomando o trabalho do pesquisador canadense Marshal MacLuhan sobre os fenômenos comunicativos, expõe a pretensão de desenvolver um panorama da história da literatura que parta da perspectiva dos mutáveis meios de comunicação como elementos constitutivos das estruturas, da articulação e da circulação do sentido. Para tal, o estudioso demonstrou o impacto exercido pelos meios de comunicação, não só acerca dos sentidos e suas formas, mas também sobre as funções dos processos comunicativos e a mentalidade daqueles que neles estão envolvidos (GUMBRECHT, 1998, p. 67). Essa abordagem, com base nos meios de comunicação, constitui-se significativa, pois não se pode ignorar a tese central desses pesquisadores de que “todo meio de comunicação novo em si mesmo transforma

a mentalidade coletiva, imprimindo-se na relação que as pessoas mantêm com seus corpos, com sua consciência e com suas ações” (GUMBRECHT, 1998, p. 71). Para exemplificar essas modificações, pode-se recorrer às pesquisas de MacLuhan sobre os meios de comunicação, os quais foram utilizados para demarcar divisões históricas que, segundo ele, podem ser divididas em cultura oral, cultura letrada manuscrita, galáxia de Gutenberg e era eletrônica (MACLUHAN, *apud* OLINTO, 2002, p. 55)¹.

Mesmo que a ascensão da escrita represente, de certa forma, uma transformação da cultura oral primária das sociedades ágrafas, enquanto a imprensa e a eletricidade revolucionam toda a esfera cultural e social a partir do século XV (OLINTO, 2002, p. 55), isso não significa que o processo seja totalmente sequencial, em que uma fase é completamente substituída por outra, mas os meios vão coexistindo até que um alcance hegemonia sobre outro. Dessa forma, nas sociedades orais, os indivíduos dispõem apenas da língua falada, vivendo numa espécie de esfera acústica, em que o ouvido é o órgão mais solicitado e significativo.

Esse fator reflete-se na dinâmica comunicativa, pois a comunicação auditiva tem apelos bastante sutis o que supõe uma não delimitação precisa entre os sons. Além disso, não há uma ordem, o que acarreta, na visão de MacLuhan, uma espécie de tirania do ouvido que acaba bloqueando, de certa forma, a atuação dos outros sentidos. Pode-se acrescentar a isso, também, o papel performativo do corpo que atua como complemento à informação transmitida oralmente. Assim, o surgimento da escrita significou uma substituição gradual do ouvido pelo olho, resultando em outra dinâmica comunicativa.

Nesse movimento, há um favorecimento do visual, do explícito, do uniforme e do contínuo. Entretanto, quando se trata do manuscrito, MacLuhan o situa como estando num entrelugar em relação ao livro impresso e à oralidade; isso porque “o manuscrito estava fundado sobre a prática de uma leitura em voz alta, que se aproximava, antes, de uma experiência sensorial oral e tátil” (MACLUHAN, *apud* OLINTO, 2002, p. 56), representando a leitura acústica – uma técnica midiática que estabelece relações explícitas entre o sentido visual e auditivo, além de atribuir ao corpo a função de veículo para constituição de sentido (GUMBRECHT, 1998, p.75).

Ainda que a performance corporal exercesse um importante papel para o manuscrito,

esta vai perdendo forças à medida em que aparece a escrita impressa. Com a galáxia de Gutenberg, termo utilizado por MacLuhan para denominar o período histórico em que ocorre a hegemonia da tecnologia da impressão e dos livros, “ocorre um nítido empobrecimento da experiência sensorial do corpo” (OLINTO, 2002, p. 58), pois o corpo passa a não mais contribuir para a constituição do sentido, já que se encontra distanciado do veículo do sentido, o livro. A função do corpo, é, portanto, substituída por uma máquina, a prensa de impressão. Na dinâmica dos meios de comunicação, o corpo, ao mesmo tempo em que perdia sua função de veículo de constituição de sentido, era também liberado de sua função de fonte de sentido, sendo também separado da consciência da comunicação (GUMBRECHT, 1998, p. 75). A tipografia representa a mecanização do livro e a possibilidade de reprodutibilidade, marcando-o como produto de massa. O texto impresso relaciona-se com a esfera ótica atribuindo-lhe qualidades tais como continuidade, homogeneidade e reprodutibilidade. A experiência comunicacional passa a ser mais limitada no sentido sensorial, pois ocorre uma homogeneização visual da percepção (OLINTO, 2002, p. 59).

Nos estudos contemporâneos, temos a tematização da onipresença da mídia audiovisual em coexistência com a mídia impressa. MacLuhan, em sua abordagem sobre as mídias eletrônicas, atenta-nos à capacidade desses meios em interligar, de forma instantânea, indivíduos em localidades heterogêneas e distantes, resultando, dessa forma, em um pensamento não-linear, desvinculando-se da lógica linear e unitária dos sistemas de pensamento vinculados à cultura do livro impresso, marcando, também, um retorno ao corpo, já que esses meios permitem a presença corporal à distância. A superposição da galáxia de Gutenberg pela mídia eletrônica pode ser percebida em seus efeitos na esfera da comunicação literária em suas produções experimentais, visto que nestas ocorre uma nova configuração semântica e visual das letras na página e nos apelos insistentes a uma maior interação por parte do fruidor (OLINTO, 2002, p. 66).

Dentro dessa esfera midiática eletrônica, a relação entre o livro impresso e os meios audiovisuais necessita ser discutida, a fim de se compreender qual a repercussão desses meios na produção literária, já que a literatura está diretamente relacionada aos meios que a veiculam.

2. Um conceito *sui generis* para mídia e literatura

No trabalho de Gumbrecht intitulado “A mídia literatura”, o autor inicia sua argumentação, conceituando os termos mídia e literatura. Primeiro, ele nos oferece a acepção do termo mídia na linguagem corrente alemã, explicando que “o termo *medium* é utilizado especialmente para designar dispositivos técnicos utilizados para possibilitar a comunicação realizada por meio de distâncias espaciais e, às vezes, também temporais” (GUMBRECHT, 1998, p. 297). O autor oferece como exemplo de *mediuns*: os *mass medias* rádio e televisão e outros tipos de mídias tais como o livro impresso e as tabuinhas de cera da Antiguidade, e, após esboçar essa explicação relativamente simples, o autor levanta a primeira questão dentro da aproximação proposta:

[...] não há provavelmente um conceito científico ou cotidiano corrente de literatura cujos objetos de referência poderiam ser associados com um e apenas um meio [...] e, por outro lado, coincidiriam com os objetos de referência desse meio. Por exemplo, nem todos os textos que denominamos “literatura” foram textos originalmente impressos em forma de livro, e nem a todos livros impressos denominamos “literatura” (GUMBRECHT, 1998, p. 297).

Isso significa que não há um tipo de meio que corresponda exatamente ao que chamamos de literatura e, por esse motivo, torna-se mais difícil ligar a literatura diretamente a um meio de comunicação. Entretanto, o autor sugere outra questão: os conceitos mídia e literatura podem ainda ser traduzidos a contrapelo dos sentidos predominantes e, pelo visto, esse parece ser o caso de seu artigo, já que ao informar o leitor a respeito do contexto referente à escrita do trabalho, menciona que houve a estipulação prévia pelos editores da coletânea de um conceito muito específico para meio de comunicação a fim de reger a perspectiva desse artigo: “meios individuais de comunicação devem ser determinados pela convergência de um tipo sempre determinado de ‘presença à distância’ com um feixe sempre determinado de ‘relações de asseveração’” (GUMBRECHT, 1998, p. 298). Dessa forma, Gumbrecht explica que, segundo essas duas qualidades que determinam o conceito de meios de comunicação,

[...] em primeiro lugar, o que deve ser chamado de mídia torna presente, de modo sempre específico, objetos espacial e temporalmente ausentes, e que, em segundo lugar, tais modos de tornar presente estão ligados a certas suposições (geralmente implícitas) sobre a confiabilidade e a aplicabilidade do que assim foi tornado presente (GUMBRECHT, 1998, p. 298).

Ele nos adverte, ainda, que não vai discutir se a literatura é um meio de comunicação ou não, “mas qual o conceito (e, em última instância, também: qual a história) de ‘literatura’ que se modela com uma tal concentração ‘na presença à distância’ e nas ‘relações de asseveração’” (GUMBRECHT, 1998, p. 298). O autor, mais à frente, entra em detalhes sobre o significado de “presença à distância” e “relações de asseveração”, e, logo após, estabelece sua finalidade, passando a conceituar literatura e a demarcar alguns períodos históricos considerados determinantes na relação literatura e mídia.

Sobre a conceituação de literatura, ele considera a utilização corrente do termo bastante vago, não podendo ser utilizada tranquilamente para fins classificatórios (como o caso do termo *fiction* em inglês, que nem sempre está, conforme o esperado, limitado a textos narrativos). Por isso, julga as perspectivas “presença à distância” e “relações de asseveração” esclarecedoras na medida em que se apresentam como marcas bastante específicas do que envolve o fenômeno literário.

Em outro ensaio, o autor, para conceituar literatura ficcional, aproxima as ideias de dois teóricos, Niklas Luhman e Wolfgang Iser, que ressaltam a função da literatura em promover uma visão renovada da realidade. O primeiro afirma que a função da arte consiste em opor à realidade reconhecível uma outra versão possível dessa mesma realidade. Iser, indo na mesma direção que Luhmann, comenta a função exercida pela literatura como sendo a de ocupar-se com os problemas deixados de lado pelo mundo institucionalizado; deste modo, a literatura trata desses resíduos que podem ser espaços vazios, deficiências, perdas, destruições e oportunidades perdidas (GUMBRECHT, 1998, p. 82). Essa concepção de literatura, ancorada em uma visão renovada da realidade, associa-se à abordagem que considera o papel dos mutáveis meios de comunicação no sentido e na forma do texto literário, visto que as diferentes mídias impactaram tanto os processos comunicativos quanto as mentalidades dos que neles estão envolvidos.

2.1 A “presença à distância” e as “relações de asseveração”

Sobre a “presença à distância”, destaca-se a proximidade estabelecida entre os leitores e

o autor por meio da literatura, relação essa fundada pela imaginação. Supõe-se que tal proximidade se dê graças ao descompromisso existente nessa ligação, já que os leitores não esperam ser convencidos de “qualquer coisa por um autor literário ou instruídos definitivamente sobre qualquer coisa, ou do fato de que, conseqüentemente, não há um objeto de referência comum entre autores e leitores” (GUMBRECHT, 1998, p. 299). Essa proximidade seria resultado da ausência de obrigação com a prática cotidiana e, por isso, conforme descrita por Sartre, a relação entre esses dois elementos parece ser caracterizada por um pacto de magnanimidade, não havendo qualquer compromisso de interesse entre eles.

O segundo fator relevante consiste na verificação pelo leitor das referências feitas ao mundo pelo texto. Baseado na propensão dos leitores em acreditar nas referências oferecidas pelo autor, o termo inglês utilizado *willing suspension of disbelief* significa a essencialidade da ficcionalidade como componente central da narrativa que torna possível dispensar a afirmação de confiabilidade por parte do autor a respeito de um texto literário (GUMBRECHT, 1998, p. 299).

A terceira perspectiva refere-se à mais-valia atribuída à literatura – a qual se revela não como utilidade prática para a vida cotidiana, mas como um conjunto de qualidades formais somente percebidas por um gosto especialmente cultivado. Por se tratar de um critério bastante vago, o leitor, a fim de mostrar sua intimidade com a literatura, passa a confiar de forma inquestionável na validade do critério de mais-valia (GUMBRECHT, 1998, p. 300). Outro valor para a literatura, ressaltado por Gumbrecht, que está associado à sua mais valia, diz respeito ao seu caráter de transgressividade ou subversividade, já que essa potência depende do tipo de valor atribuído à literatura.

Assim, por meio das perspectivas de presença à distância e relação de asseveração na literatura, o autor procura descrever, desde a Idade Média, passando pela institucionalização da imprensa no final do século XV, pela funcionalização ético-política da literatura no Iluminismo, pelo Romantismo, e chegando até o apogeu das vanguardas no início do século XX, uma série de etapas de transformações contínuas passadas que podem estar associadas ao conceito de mídia (GUMBRECHT, 1998, p.301).

2.2 Forma da presença à distância na Idade Média

A primeira fase analisada pelo autor, com a finalidade de encontrar marcas da presença à distância e relação de asseveração entre leitor e autor, é relativa à segunda metade da Idade Média. Nessa fase, ele destaca a figura de Guilherme IX, o duque da Aquitânia, um autor que esteve, durante toda sua vida, em conflito com a autoridade clerical e espiritual da Igreja (GUMBRECHT, 1998, p. 302). A figura de Guilherme é considerada importante por haver reivindicado para si uma competência textual específica que, até então, era de domínio restrito da Igreja, dominadora de toda a produção intelectual da época.

Nos textos de Guilherme da Aquitânia é possível perceber que o conceito e a modalidade da ficção ainda não estão desenvolvidos. Dessa forma, não existe um terceiro termo que exerça a diferenciação entre verdade e mentira, embora, em uma canção analisada por Gumbrecht, o autor tenha demonstrado uma espécie de recolhimento do cantor – o eu imanente do texto, visto que ainda não existia nessa época um papel do autor como conhecemos hoje –, a fim de cumprir a função da modalidade ficcional dentro de uma espécie de jogo crítico da moral eclesiástica (GUMBRECHT, 1998, p. 303). No que se refere aos ouvintes, esses eram tratados como pessoas familiares ou companheiros, relativo ao termo *companho*, fórmula de presença à distância que se torna característica nos cantos trovadorescos que envolvem também o texto sendo entregue por um mensageiro ou por um passarinho à pessoa amada que vive longe do eu imanente ao texto, tornando-o presente.

Embora não se possa ter certeza de que a presença à distância tenha sido experienciada como uma forma de proximidade psíquica com o receptor, se a relativização da verdade pode ser comparada ao nosso conceito de ficção, e se a reivindicação de qualidade formal já é compreendida como um valor pelo receptor, pode-se encontrar várias marcas, nesses textos, que nos remetem à presença à distância e a uma gama de fenômenos que lembram a mídia literatura na nossa época (GUMBRECHT, 1998, p. 304).

2.3 Século XV: o aparecimento da imprensa², a exclusão do corpo e o sujeito-autor

A partir da institucionalização da escrita, o autor aponta uma mudança marcante que se reflete diretamente em uma atitude diferente do leitor relativa ao autor do texto. Tal mudança liga-se ao fato de que com a imprensa, o corpo, tanto do autor quanto do copista e também do leitor, foi abolido das relações que giravam em torno dos textos fixados pela escrita. Assim, o texto se distancia da sua performance oral. O autor usa uma metáfora para explicar isso, ele afirma que “a introdução da imprensa desaloja o corpo do escriba e do receptor da situação de comunicação midiática que ocorre em torno do livro moderno” (GUMBRECHT, 1998, p. 305). Emerge, a partir deste ponto, a figura do autor como uma concretização da subjetividade do início da época moderna, distanciando, assim, o papel da invenção textual, agora atribuída de caráter espiritual, da fixação escrita do texto e sua exposição oral.

A figura do sujeito-autor acresce à produção textual um significado intencionado por ele e essa intenção passa a ser o objetivo a alcançar do leitor bem-sucedido. Dá-se início, nesse momento, a interação entre leitor e autor baseada naquilo que chamamos de intenção autoral que passa a ser perseguida pelo leitor-sujeito, irrompendo, conforme apontado por Gumbrecht, uma hierarquia entre leitores e autores. Embutida nessa hierarquia, o teórico apresenta outra que subordina ao conceito “expressão”, definido por ele como a superfície textual, à “interpretação”, que seria um resgate da alma do autor. Elevando a interpretação a uma necessidade existencial que ultrapassa a expressão do texto (GUMBRECHT, 1998, p. 306).

Outra consequência da imprensa baseia-se na ideia, proveniente da antiguidade clássica, de que os textos devem ser reflexos do mundo. Tal pensamento promoveu uma retomada da *Poética* de Aristóteles e de seu conceito de *mimesis* nos dois primeiros séculos da história do livro impresso. Para demonstrar a importância da aceção de representação da realidade para os leitores modernos, Gumbrecht compara a função dos textos na Idade Média, e diz que estes constituíam elementos de um jogo para contestação e que faziam parte de uma forma de vida, enquanto na modernidade, esses textos funcionam como reflexo do mundo ou dos mundos, abrindo espaço para a noção de ficção que, devido à necessidade da relação de asseveração de referência ao mundo para leitores e autores, tornou possível a suspensão consciente do ceticismo diante dessa

asseveração (GUMBRECHT, 1998, p. 307).

O pesquisador acredita, portanto, que conceitos tais como autoria, intenção do autor e leitura, reflexo do mundo, ficção e identificação consistem em grandezas que se tornam constitutivas da mídia literatura somente a partir do início da era moderna. Ele coloca como consequências dessa revolução os seguintes aspectos: a de proximidade entre produtor e receptor de literatura, de forma a ocultar a distância entre autor e leitor; os quais se veem responsáveis moralmente por sua produção, pois a literatura deve, ao mesmo tempo, alegrar e ser utilitária; o autor deve ser contundente com o intuito de transmitir uma figura positiva de sentido, já que agora o sentido é visto como sua intenção; os textos não são mais reiteradamente acomodáveis a convenção de grupos sempre novos de receptores, eles permanecem estáveis, e se carregam, em longo prazo, de conotações de historicidade que remetem a situações do seu surgimento (GUMBRECHT, 1998, p. 308).

Com a difusão do livro impresso, a comunicação em diversas modalidades de interação linguística, além da literatura passa a ser sinônimo de circulação de figuras de sentido mais ou menos complexos, diferenciando-se radicalmente da Idade Média, em que a comunicação social era compreendida como produção de presença corporal. Além disso, os textos na literatura impressa são independentes dos padrões situacionais, tendo o leitor que imaginar a situação contextual daquele texto por meio de remissões feitas a essas situações, delegando ao leitor não apenas a visualizar as significações do texto, mas, também, a presença de uso desses textos (GUMBRECHT, 1998, p. 309).

Assim, a partir do século XV, o livro passa a constituir-se como um elemento da comunicação literária. Esse suporte narrativo, por suas características materiais, modifica, não apenas as formas de fixação e veiculação do discurso literário, mas transforma, também, as relações entre os sujeitos envolvidos na comunicação literária, alterando, ainda, as estratégias e formas de leitura.

2.4 O Iluminismo e a soberania da interpretação

Nesse momento, Gumbrecht começa expondo a ideia de que existem motivos para utilizar o termo literatura apenas em torno das produções que se cristalizam em torno do

livro impresso, pois diferenciando-se dos meios de comunicação medievais, o meio livro é constituído pelos papéis de autor e leitor solitário, além de conter o pressuposto de que os textos funcionam como representações do mundo. O autor considera o Iluminismo como o período histórico em que a mídia literatura alcança uma grande proximidade de sua manifestação ideal típica, isso porque, nesse momento, houve um domínio máximo do espírito sobre o corpo. O autor diz que nunca existiu um período em que a literatura esteve tão centrada na constituição de significações, na sua validação enquanto representação do mundo e na sua circulação enquanto conhecimento do mundo (GUMBRECHT, 1998, p. 310). A respeito do conceito de literatura nessa época, o autor diz que se desdobrou para englobar a gama de todos os textos e gêneros de textos que representassem para os leitores a mais-valia de uma ampliação e complexificação de seu saber sobre o mundo. Sobre o movimento iluminista, o autor o define como determinado por sua reivindicação tradicional de que o novo saber veiculado por sua literatura era cada vez menos um conhecimento que se alimentava da tradição de instituições corporativas e que servia à legitimação dessas instituições. Seu valor provocativo estava no fato de ser, por um lado, a favor da mudança e da inovação e, por outro, cego em relação ao seu próprio lugar relativo, pois seus produtores afirmavam que seu isolamento da sociedade era uma garantia da objetividade do saber produzido por eles. De forma paradoxal, o caráter transgressivo do iluminismo realizou-se nessa autoencenação como natureza e humanidade e sua reivindicação de objetividade se baseava numa subjetividade que, não raro, se encenou como individualidade, ou seja, como excentricidade de uma virtude perseguida por uma sociedade que se tornou desumana (GUMBRECHT, 1998, p. 311).

Em relação à ficcionalidade, o autor a liga a suspensão do ceticismo à literatura que supunha uma adequação universal do saber circulado por ela. Assim, os fatos apresentados por essa literatura eram encarados como totalmente verdadeiros, embora articulados em fábulas, de forma que o caráter dessa literatura tornava-se extremamente alegórico, tornando possível, também, a distinção entre o saber que os autores intencionavam e os processos e formas literários utilizados para este fim. A respeito da presença à distância na literatura do iluminismo, concretizou-se, sobretudo, segundo o autor, na hipótese global de que os autores colocavam à disposição de seus leitores um saber novo e depurado de todos os preconceitos, opondo-se à ameaça de censura e repressão.

Importante para a época, nesse sentido, foi o romance epistolar que conquistou os leitores, pois tornou possível o contato com os sentimentos mais subjetivos e excêntricos dos protagonistas que trocavam correspondências (GUMBRECHT, 1998, p. 312). Quanto mais as atividades desses protagonistas estivessem afastadas da sociedade, mais desenvolvida estaria a sua capacidade de auto-reflexão e tanto mais a heroína teria moralmente razão diante da sociedade. Além disso, esses romances epistolares iluministas são metáforas de um paradigma da literatura pautado na incompletude da expressão³ diante da profundidade da interioridade dos textos, em que a expressão jamais será suficiente para abarcar o texto em seu âmago, tornando-se necessária a interpretação. Em contrapartida, somente por conta da exterioridade material, já que essas cartas passaram a ser veiculadas em livros, foi possível perceber os poderosos anseios de manipulação, o egoísmo e os limites daquela autotransparência na qual se fundamentava a reivindicação de objetividade do indivíduo excêntrico.

2.5 Século XIX: ausência de funcionalidade na literatura

Nesse período, o autor aponta que as incompatibilidades entre as posições de subjetividade e as reivindicações de objetividade se tornaram uma temática no século XIX, motivando a crise da representação, também tematizada mais tarde por Foucault (*apud* GUMBRECHT, 1998, p. 313). Enquanto no século XVIII, o sujeito deveria manter-se excêntrico como condição para a objetividade, no século XIX, essa excentricidade passa a ser vista de forma indesejável para a manutenção da literatura chamada realista, que tinha como objetivo superar a crise da interpretação. O autor explica essa inversão por meio das mudanças sócio-históricas após as reformas e revoluções burguesas. Nesse período, os governos parecem estar mais comprometidos em apresentar sua política como realização de ideais reformadores e revolucionários e, assim, a experiência do cotidiano social contrastou com as representações de ideais da vida social coletivamente mediadas. Constrói-se, então, um campo de atividade de lazer como uma esfera de mediação entre cotidiano social e imagem normativa da sociedade. As atividades de lazer passam a possibilitar a realização daqueles desejos que a imagem normativa da sociedade sempre prometera, sem que o cotidiano social pudesse realizar

tais promessas, de diversos modos, as atividades eliminavam a impressão de hiato entre cotidiano social e ideal social. Funcionavam como compensação ou reconciliação e, como tais, só poderiam ter efeito se não fossem apresentadas suas funções, o desenvolvimento do campo social do lazer coincidia com o desaparecimento das grandes declarações de intenções e das consignações de função que ocorriam frequentemente no século XVIII (GUMBRECHT, 1998, p. 314).

O autor define o século XIX como a grande época da leitura solitária não orientada para um objetivo, surgindo, nesse momento, a concepção de literatura carente de função, sendo que essa aparente carência relacionava-se à expectativa tradicionalmente vaga de que a literatura reservasse aos seus receptores uma mais-valia específica, que não podia ser calculada em termos de funções relevantes para o cotidiano. Esta mais-valia foi associada à contribuição dos textos para a formação de uma imagem normativa da vida social e individual – uma visão que elevou a literatura a quase uma religião, desempenhando um papel fundamental na decisão de organizar uma disciplina acadêmica dedicada à literatura. Ao mesmo tempo, autores tais como Balzac, Dickens, Manzoni, Galdós e Tolstoi sustentavam a crença na possibilidade de apreensão e representação objetiva do mundo, afirmando a problemática do *status* quase transcendental da literatura e a sua função mediadora entre a imagem normativa da sociedade (que apresentava a ideia de objetividade) e a experiência social do cotidiano (que revelava a problemática dessa objetividade). Esse papel conciliador explica porque, nesse período, os conceitos de ficção e imaginação foram eclipsados pelos de imparcialidade e objetividade (GUMBRECHT, 1998, p. 315).

Gumbrecht mostra, também, que mesmo executando uma função de estabilização do saber, a literatura ainda assim pode ser associada à transgressividade de um autor-indivíduo que conhece sua posição sacerdotal e, ao mesmo tempo, de gênio marginalizado pela sociedade. A transgressividade se liga frequentemente à compulsão inovadora do autor, afastando-a de uma possível institucionalização.

2.6 Alto modernismo: a crise da representação

A literatura do alto modernismo pode ser considerada como produto da convergência de diversas crises que já se preparavam na mídia literária do século XIX. Um grupo de

autores já considerava impossível efetivar a literatura como representação do mundo. Assim, o que ocorre é um bloqueio no plano do conteúdo da função tradicional de representação junto à automarginalização técnica da mídia literária. A atitude de excentricidade dos autores perde a ironia e o caráter ambíguo, e ganha um ar de misantropia diante de uma experiência de existência avassaladora. A amargura autoral se dá por conta de uma crença na carência de função da literatura que, na verdade, é um presságio de que a condição para a inclusão, na comunicação literária, se daria como condição de exclusão dada a sua complexidade. Assim, no século XX, a literatura é vista como um meio de comunicação esotérico (GUMBRECHT, 1998, p. 317). Entretanto, o autor observa que onde os movimentos das vanguardas eram exceção surgiram novas formas de representação e interpretação do mundo, que no plano da auto-referência apresentam-se como realismo mágico.

Gumbrecht considera importante o questionamento em relação ao fim histórico da literatura, pois alguns componentes que no transcorrer dos séculos foram cunhadores de identidade e função para a literatura, parecem ter perdido, na cultura da nossa época, seus pontos de referência extraliterários. Além disso, elementos da mídia literária tais como a ficcionalidade como suspensão consciente do ceticismo, foram substituídos pelas imagens produzidas pela televisão e o cinema que hoje abole a diferença entre a experiência visual desses meios e a experiência visual primária. Como se não bastasse, esses meios introduzem novas formas de produção de presença, tornando possível a presença à distância sem a perda da presença intelectual. O autor termina seu texto questionando a mais-valia literária hoje e se a mais-valia pode ser deslocada para novos eixos de associação e funcionalização.

2.7 A literatura e os meios de comunicação eletrônicos

Os elementos da comunicação literária, na era dos meios de comunicação eletrônicos, se diferenciam, em alguns aspectos, dos elementos da dinâmica comunicacional do livro impresso “nos papéis e conceitos tradicionais atribuídos ao leitor, ao autor e ao texto” (OLINTO, 2007, p. 69). Isso se deve ao fato de haver um reajuste quando se passa da estrutura discursiva linear da tecnologia impressa da escrita para a forma multimidiática

da tecnologia eletrônica digital. A coexistência do meio impresso e eletrônico, decorrente na segunda metade do século XX, pode ser percebida na comunicação literária “numa nova configuração semântica e visual das letras na página e nos apelos insistentes a uma ação participativa por parte do fruidor” (OLINTO, 2007, p. 66). Ao analisar os processos midiáticos e a comunicação literária, Olinto esclarece que, no campo da teoria, aparecem novas poéticas que acentuam explicitamente a presença de todos os sentidos na fruição artística, reclamada de modo contundente em formas como erótica da interpretação, intensidades da experiência artística, obra aberta e obra em movimento. A pesquisadora aponta para os comentários da escritora Susan Sontag a esse respeito quando aborda sobre o aparecimento de “uma nova sensibilidade que desenfatizava certa racionalidade a favor das experiências sensoriais, mobilizando as nossas capacidades de “ver, ouvir, tocar, cheirar, sentir” (OLINTO, 2007, p. 66). A partir desse tipo distinto de fruição literária, impulsionado pelas características materiais dos meios eletrônicos, novos modelos literários vão surgindo; um exemplo disso é o conceito de “obra aberta” proposto por Umberto Eco.

Para os estudos literários, segundo Olinto, parece necessário que se abra espaço para uma nova teorização da literatura a fim de se atualizar e reajustar os papéis e conceitos tradicionais atribuídos ao leitor, ao autor e ao texto. A autora nos atenta sobre várias questões que ainda devem ser suscitadas para que se possa compreender a articulação entre elementos e passagens do texto e esferas fora do âmbito de sua escrita, para isso, demanda novas reflexões sobre categorias tais como ficcional, imaginário, virtual e real tanto no âmbito da comunicação literária quanto no dos processos midiáticos em geral (OLINTO, 2007, p. 69). Sobre esses novos papéis dos elementos literários, pode-se comentar as distinções entre as mídias livro e eletrônica referentes ao contexto da obra literária. Enquanto o leitor tradicional procurava no livro “vestígios em relação ao próprio processo identitário, tanto pessoal quanto coletivo”, o leitor hipertextual precisará inventar, a partir dos vestígios do texto, contextos para construir possíveis sentidos. Além dessa diferença, as questões de originalidade, mais-valia da obra e unicidade também devem ser suscitadas, pois a diferença na organização discursiva do hipertexto, já que os princípios de sequencialidade e linearidade textual não são os mesmos do livro, bem como a possibilidade de experimentação ilimitada, ao mesmo tempo que se aproxima bastante da poética da obra aberta teorizada por Eco, também coloca em xeque a qualidade da mais-valia literária (OLINTO, 2007, p. 70). Na

dinâmica comunicacional do hipertexto, as experiências estéticas são completamente alteradas, “os textos passam a ter caráter mutante, e o leitor, despojado das regras fixas, circula livremente e desenha caminhos possíveis, adaptáveis a vontades próprias e frequentemente acidentais” (OLINTO, 2007, p. 71), além de facultar ao leitor a transformação permanente do texto, enfraquecendo, assim, a própria instância autoral.

3.0 A medialidade literária e a teoria das materialidades da comunicação

Ao percorrer momentos significativos em que os meios apresentam-se refletidos na dinâmica da arte literária, pode-se compreender como a literatura relaciona-se às mídias e de que forma, embora não se tratando propriamente de um meio de comunicação, já que não existe uma mídia única que podemos chamar de literária, essa apresenta marcas de medialidade que promove determinados efeitos, tais como os de representação do mundo, de presença à distância, seja aquela promovida pelo trovador ao evocar outro personagem, ou pela produção das subjetividades do autor e do leitor – estratégia utilizada para solucionar o impasse provocado pela mídia impressa e o estabelecimento de uma relação de certificação em relação à mensagem envolvida na dinâmica do comunicação literária. Esses códigos comunicativos da literatura estão ligados ao aspecto suscitado por MacLuhan, e que apresenta relevância nas discussões atuais, relacionado à forma como os meios influenciam e até mesmo determinam a mensagem, resumido pela máxima “o meio é a mensagem” (MACLUHAN, 1964, p. 21).

Gumbrecht, juntamente com outros pesquisadores da área da literatura comparada, desenvolve a teoria das materialidades da comunicação. Essa teoria tem como pretensão pôr em evidência a expressão (materialidade) em detrimento do conteúdo (significado) e, para isso, esse teórico parte de um histórico da tradição hermenêutica ocidental com o intuito de mostrar que há séculos, existe uma hegemonia da interpretação e uma desconsideração à materialidade da comunicação; dessa forma, Gumbrecht julga que o estudo dos meios de comunicação, sua dinâmica e o impacto desses sobre a literatura, constitui-se uma maneira de analisar a literatura, atribuindo valor extra à materialidade da comunicação literária, restringindo, de certa forma, a prioridade atribuída à interpretação (GUMBRECHT, 1998b, p. 137).

Referências:

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *A modernização dos sentidos*. Tradução de Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Ed. 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Corpo e forma*. Tradução de Heloisa Toller Gomes, João Cezar de Castro Rocha e Johannes Kretschmer. São Paulo: UERJ, 1998b.

MACLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1964.

OLINTO, Heidrun Krieger. Processos midiáticos e comunicação literária. In: OLINTO, Heidrun Krieger; SHOLLHAMMER, Karl Erik (Org.). *Literatura e mídia*. Rio de Janeiro: Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

¹ A pesquisadora Heindrun Krieger Olinto, no artigo “Processos midiáticos e comunicação literária”, sugere algumas reflexões sobre a discussão a respeito da relação entre literatura e mídia. A autora toma como ponto de partida para essas reflexões a sistematização histórica de MacLuhan em relação aos meios de comunicação, além de utilizar algumas idéias de Gumbrecht referentes à história das mídias e aspectos sobre a teoria das materialidades da comunicação, teoria esta desenvolvida por Gumbrecht.

² Gumbrecht, em seu ensaio “Mídia e literatura”, utiliza o termo imprensa para nomear a tecnologia que torna possível a impressão.

³ O conceito de expressão tratado pelo texto está relacionado à divisão do signo em quatro partes delineadas pelo linguísta. Duas dessas partes são referentes à forma da expressão e à substância da expressão. Gumbrecht propõe uma distensão dessas partes do signo, pensadas por Hjelmslev, de forma que os estudos relacionados às formas da expressão – que o autor explica como sendo aqueles relativos à materialidade do significante – e ao conteúdo da expressão – referente à materialidade ainda não estruturada – sejam colocados em evidência pela análise literária.